

TECENDO REDES:
GÊNERO, CUIDADO E ESTADO NA PERIFERIA DE SÃO
PAULO¹

Milena Mateuzi Carmo
PPGAS-USP, São Paulo-Brasil
Palavras-chave: Periferias, Estado,
Relações de Gênero.

¹ Trabalho apresentado na 31a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de

Titulo: Tecendo redes, produzindo territórios: gênero, cuidado e Estado na periferia de São Paulo²

Resumo

Este texto apresenta reflexões preliminares de minha pesquisa de doutorado, ora em andamento, que busca compreender como as mulheres moradoras de espaços segregados da periferia da cidade de São Paulo vivenciam a produção destes territórios. Construo minha argumentação a partir da leitura de trabalhos que identificam uma atuação cada vez mais violenta e repressiva por parte do Estado nestas periferias, sobretudo através do crescimento de ações violentas por parte da polícia e do aumento do encarceramento cujo alvo principal são homens jovens negros. Neste contexto, procuro entender como este processo de produção de território afeta homens e mulheres de modos distintos e contribui para o surgimento de agenciamentos e resistências também generificadas.

A partir do trabalho de campo com algumas famílias que tiveram um ou mais membros assassinados ou presos, venho observando que enquanto os homens são alvos destas violências, as mulheres assumem o protagonismo do cuidado. Cuidado esse que não se restringe ao âmbito doméstico, mas que se reproduz em várias dimensões do público. Minha hipótese é a de que essa tarefa do cuidado, por um lado, é experimentado como sobrecarga que geraria o repetido adoecimento, sobretudo emocional, como venho observando em meu campo. Contudo, por outro, é também vivido como sentido de vida, o motivo pelo qual muitas mulheres encontram para continuar vivendo em meio a tanto sofrimento, como muitas delas afirmam.

Meu argumento é o de que essas mulheres, no protagonismo do cuidado, tendem a tecer redes compostas predominantemente por outras mulheres, já que são elas a maioria tanto nas políticas sociais locais, quanto no ativismo que denuncia a violência do Estado. Neste processo, estariam não apenas produzindo-se a si mesmas, mas também estariam tecendo redes que entrelaçam mundo privado e público, onde família, vizinhança, ativismo e o próprio Estado são acionados como forma de mitigar os efeitos destas violências.

PALAVRAS-CHAVE: Periferias, Estado, Relações de Gênero.

² O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Introdução

“Quando foi no sábado eu não dormi. Passei a madrugada inteira andando por essa casa e chorando e falando: ‘Jesus, tenha misericórdia da vida do meu filho! Cobre meu filho com teu sangue! Não deixa meu filho morrer!’ Era na hora que a polícia estava matando ele. Aí fiquei por aqui numa tristeza... Desci para casa da minha irmã. Eu ia pra igreja às seis horas. Falei pra minha irmã: ‘Nossa, hoje é dia de santa ceia, algo muito grave aconteceu ou vai acontecer. É com Elber! Tô com uma tristeza muito grande, tô com uma aflição muito grande’. Quando foi seis e vinte o telefone toca. Aí meu outro filho, que agora também tá preso, ligou. Ele falou: ‘senta mãe que eu tenho uma notícia para lhe dar’. Quando ele falou já comecei a chorar. Eu dei um grito tão grande que minha irmã e meus sobrinhos já correram em cima de mim já tudo chorando porque pelo grito que dei, já sabiam. Ele falou: ‘mãe, tô aqui no IML pra reconhecer o corpo do Elber, a polícia matou ele’. Minha vida acabou ali! Não tive mais força. Minha lanchonete vendia muito bem, tinha meus projetos, tinha comprado fogão industrial, já tinha feito um monte de coisas, né? Porque eu ia fornecer salgado pra fora, mas aí... Aí logo em seguida esse meu filho que me deu a notícia, foi preso. Ouvi aqueles murros na porta. No que eu abri e saí de dentro do quarto, a polícia com a metralhadora na minha cara: ‘pra fora, pra fora, pra fora!’ No que eu saí, estava ali meu filho algemado. Aí eu desabei... Faltava seis dias para completar dois meses que o outro tinha falecido! Vendi minha lanchonete, não conseguia fazer mais nada. Mas a gente tem que viver, né? A gente nasce, cresce, tem filho. A gente fala: ‘o caminho é esse!’ Mas eles querem ir por esse. O outro tá lá arrependido. Mas Deus sabe de todas as coisas, porque se ele tivesse aqui fora, com a vida que ele estava levando, era mais um que eu tinha sepultado. Disso você pode ter plena certeza! Então eu prefiro ele lá.”

Neide mora com a filha, Evelyn, de 30 anos e com a neta de 5 anos, Sara, em um conjunto habitacional no distrito do Jardim São Luiz, periferia da zona sul da cidade. Tem 58 anos de idade, nasceu em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, autodeclara-se parda e atualmente não tem emprego devido à problemas de saúde. Veio para São Paulo com a família quando ainda era criança, aos nove anos de idade. “Era um frio, uma pobreza...”, disse-me ela na conversa que tivemos por mais de duas horas em sua casa. Como muitas moradoras da região na mesma faixa etária³, começou a trabalhar ainda na infância, logo que chegou à metrópole. O trabalho era de empregada doméstica em “casa de família”, profissão que manteve até há alguns anos, quando conseguiu montar seu próprio negócio: uma lanchonete em seu bairro. Teve seis filhos: o mais velho, Alex, fruto de um estupro de

³ Recentemente tenho a oportunidade de entrevistar diversas mulheres moradoras da zona sul da cidade, devido a meu envolvimento com a pesquisa em andamento cujo o responsável é o antropólogo Charles Klein da Portland State University. O objetivo é investigar os modos de vida da chamada *nova classe média brasileira*.

seu primeiro namorado – acontecimento esse que insistiu em enfatizar – e que foi assassinado pela polícia há cerca de 10 anos; o segundo, o Elber, de quem ela narra o homicídio ocorrido há 3 anos; o terceiro, Jader, que apesar de ter uma carreira profissional promissora na área de marketing, é dependente químico e constantemente é internado em clínicas de reabilitação; o quarto, Denis, que hoje está preso por roubo; o quinto, Edson, que mora na região, mas sem condições de cuidar de sua filha, delegou a responsabilidade à sua mãe e irmã; e a caçula, Evelyn, que é hoje a provedora financeira da casa cujo rendimento é oriundo de seu trabalho em uma loja de utilidades na região. Neide encontra-se severamente adoentada e sem condições de trabalhar. Como ela mesma afirma no trecho acima, depois da morte do segundo filho e da prisão do terceiro, sua vida desabou. Sua filha Evelyn também não está em condições de saúde muito estáveis. Além de ter desenvolvido uma doença autoimune – quando fica estressada todos seus cabelos caem – está deprimida e sua vida se resume a dormir e trabalhar, como me disse. Contou que com a morte do irmão seus sonhos acabaram e ela não tem vontade de fazer mais nada.

A história de Neide e de sua família poderia ser entendida como uma infeliz tragédia por reunir tantas mortes e prisões em um mesmo núcleo familiar. No entanto, tais trajetórias não são incomuns em algumas regiões da periferia da cidade. Durante minha pesquisa de mestrado e em decorrência de meu ativismo de mais de 5 anos na região, tive contato com diversas famílias com histórias muito semelhantes. Eram frequentes os relatos destes familiares – em sua esmagadora maioria mulheres: mães, irmãs e avós – sobre mortes, prisões, envolvimento com o “mundo do crime” ou uso abusivo de drogas, por parte de parentes, quase sempre do sexo masculino. Estas narrativas traziam o esforço cotidiano dessas mulheres no que se refere a negociação contínua com o mundo do crime, com o enfrentamento do estado, sobretudo seus aparatos burocráticos repressivos e também no esforço de manter o equilíbrio financeiro e emocional no interior da casa.

Comecei a ouvir essas histórias em algumas reuniões promovidas por coletivos e movimentos sociais do extremo sul da cidade que tinham por fim debater com as e os moradores sobre a atuação violenta do Estado na periferia que enquadravam como um *genocídio de jovens negros, pobres e periféricos*. Tais eventos tornaram-se frequentes principalmente durante de 2016, ano esse em que se sucedeu uma série de mortes, principalmente chacinas, cuja autoria esses coletivos atribuíam a grupos de extermínio e à atuação ilegal da polícia. Esse debate culminou na realização do chamado tribunal popular na região, cujo objetivo era o de “colocar o Estado no banco dos réus”. Mesmo não

contando com a participação de representantes do estado, o tribunal foi um espaço significativo de produção de discursos e de sentidos frente à dolorosa experiência de mortes, prisões, abusos que muitas famílias moradoras da região experimentaram, como tentei argumentar em minha dissertação de mestrado.

Estes eventos contribuíam para produzir discursos alternativos que tem permitido interpretar estes episódios como *violência do Estado*, enquadrados no que os movimentos sociais em torno desta questão denominam *genocídio*. Assim, os jovens e suas famílias, passaram a ser vistos como vítimas da atuação *violenta e racista* do Estado, ao invés de *bandidos* oriundos de famílias *vulneráveis e desestruturadas* incapazes de oferecer condições adequadas de crescimento e controle para seus filhos (Sarti, 2008).

Deste processo, um dos aspectos que mais me chamava a atenção, era a presença esmagadora de mulheres nestes lugares de *luta*, sendo protagonistas de um ativismo que busca enfrentar uma violência que afeta sobretudo homens. Isso me fez deslocar o olhar para observar a condição das mulheres. Meu interesse era entender porque são elas que se mobilizam não apenas nestes espaços de ativismo, mas também nas políticas sociais – técnicas em serviços de assistência social, educadoras, psicólogas, assistentes sociais. São elas também que assumem o enfrentamento da burocracia quando se trata de prisões e homicídios dos homens de suas família, que acompanham filhos, irmãos, companheiros, nas medidas socioeducativas ou nas visitas à presídios.

A partir desta observação, meu interesse foi o de me aproximar do cotidiano das mulheres cujas famílias foram marcadas por pelo envolvimento de seus membros no chamado *mundo do crime* ou que foram de alguma forma marcadas com a assinatura do Estado, para utilizar a expressão de Michel Misse.

Meu argumento é o de que as mulheres, neste contexto de ampliação do mundo do crime e de violência do Estado, tendem a tecer redes compostas predominantemente por outras mulheres, buscando, através do cuidado, reconstruir seus mundos devastados pela violência e reconstruir sentidos de vida. Neste processo, estariam não apenas produzindo-se a si mesmas, mas também estariam tecendo redes que entrelaçam mundo privado e público, onde família, vizinhança, ativismo e o próprio Estado são acionados como forma de mitigar os efeitos destas violências.

O extremo sul da cidade

A zona sul de São Paulo é bem extensa, englobando 5 subprefeituras que administram 27 distritos. A parte da zona sul a qual me refiro neste projeto é aquela compreendida pelas subprefeituras de Campo Limpo e de M'Boi Mirim que agregam os distritos do Jardim Ângela, Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim São Luís e Vila Andrade. Estes distritos compõem uma região circunscrita por limites relativamente bem definidos. A leste e a norte estão respectivamente a Marginal do Rio Pinheiros e o nobre distrito do Morumbi. À sul a represa Guarapiranga e à oeste os municípios de Embu das Artes e Taboão da Serra onde as divisas talvez sejam as mais imperceptíveis em termos de similaridade socioeconômica dos bairros limítrofes entre essas cidades.

Restrinjo-me assim a estes distritos, pois são neles que estão concentradas a atuação e circulação dos sujeitos e das redes a partir das quais iniciei minha pesquisa, isto é, coletivos, ativistas, moradores, representantes do governo e profissionais das políticas sociais locais que se mobilizam em torno da questão do “genocídio da população negra, pobre e periférica”.

Os estudos sobre territórios periféricos buscam chamar a atenção para sua heterogeneidade não apenas para ressaltar os efeitos diferenciados de processos econômicos, políticos e sociais que produziram e produzem diferenciações no interior dos bairros, como também para abandonar noções homogeneizantes e estigmatizantes a cerca destas regiões vistas, muitas vezes, como lugares de ausência, passividade, carência, marcadas pela pobreza e violência. Não que a pobreza, violência e outras formas de violação de direitos deixem de estar presente no cotidiano dos moradores. No entanto, trata-se de revelar que tal “opressão” é muito mais complexa e repleta de agenciamentos e lutas no cotidiano.

Assim, estes distritos não só possuem diferenças significativas entre si, como são compostos por bairros e “quebradas”, ou *pedaços*, categoria forjada por Guilherme Cantor Magnani (Magnani, 1998), totalmente diversos. Por exemplo, os distritos de Campo Limpo e Vila Andrade, situados próximo ao Morumbi, possuem muitos bairros que tiveram uma grande valorização imobiliária nos últimos anos. Por esta razão é comum se observar condomínios de luxo ao lado de favelas enormes. Enquanto que seguindo para o “fundão” do Jardim Ângela, quanto mais próximo à represa, mais as condições tendem a se

homogeneizar no sentido de precarização da infraestrutura urbana e de condições socioeconômicas.

Além das questões econômicas, é necessário ressaltar também a existência de uma infinita variedade nas formas de se viver e circular pela religião, como já demonstrou Magnani tratando da complexidade e diversidade das redes de lazer e entretenimento na periferia em seu trabalho *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. Além de diversas formas de atuação política e profissional, como busquei demonstrar em minha dissertação a partir do envolvimento de moradores e moradoras, sobretudo mulheres, em coletivo de jovens e em políticas sociais (Carmo, 2016).

No entanto, ao se observar taxas e dados oficiais, uma nova homogeneidade volta a ser produzida, sobretudo quando comparada à regiões mais centrais da cidade. Esta região da zona sul de São Paulo, apresenta uma alta concentração populacional 1.186.829 habitantes, 10% do total da população do município, esses distritos exibem as maiores porcentagens de domicílios em favelas: Capão Redondo, com a 5ª maior porcentagem, 26,74%; Jardim São Luís, com a 6ª, 25,59%; Campo Limpo, em 9º lugar, 23,87%; e Jardim Ângela, na 17ª posição, 17,35%. O município de São Paulo tem porcentagem média de 10,8% de domicílios em favelas e, em distritos como Moema, Itaim Bibi ou Santo Amaro, tal porcentagem não chega a 1%⁴.

Com relação à renda, do total de 314.502 pessoas responsáveis por domicílios, 57.359 não possuem rendimentos mensais e 53.558 possuem rendimentos mensais de até 1 salário mínimo. Isso significa que 35,26% dos responsáveis, ou seja, quase 111 mil famílias, são chefiadas por pessoas sem rendimento ou com até 1 salário mínimo (IBGE: Censo 2010). E, além disso, a região oferece apenas 2,21% do total de empregos formais da cidade de São Paulo, submetendo uma grande parte de trabalhadores da região à exaustivas viagens ao centro da cidade em transportes coletivos lotados.

Nesses distritos, assim como em toda a periferia de São Paulo, está concentrada a grande maioria da população negra. As subprefeituras de M'Boi Mirim e Campo Limpo têm, respectivamente, 56% e 49,7% (a 2ª e a 10ª posições no *ranking* do município) de pessoas autodeclaradas negras dentre o total de moradores. Em comparação, os bairros de áreas centrais, como Pinheiros e Vila Madalena, possuem, respectivamente, 7,3% e 7,9% de moradores autodeclarados negros.

⁴ Fonte: www.nossasaopaulo.org.br

Minha intenção, mobilizando estes dados, não é a de reiterar a ideia de uma periferia homogênea, principalmente porque estas taxas estão distribuídas de maneira muito diversa entre os moradores. No entanto, busco demonstrar como a partir da observação destes dados ainda seja possível afirmar que forças sociais continuam operando na produção entre desigualdades entre centro e periferia, onde esta última permanece com uma concentração de pessoas em condições mais precárias de existência.

Essa desigualdade torna-se ainda mais dramática quando são observados as taxas sobre violência. O distrito do Campo Limpo assume o 1º lugar na taxa de óbitos de jovens do sexo masculino com idade entre 15 e 29 anos – 82,37 por 100 mil habitantes nessa mesma faixa etária. O distrito do Jardim Ângela ocupa a 2ª posição – 71,68; o distrito do Jardim São Luís, a 5ª – 50,36; o distrito de Capão Redondo, a 9ª – 47,12; e o distrito da Vila Andrade, a 7ª – 49,44. Isso significa que se trata de uma região em que se encontram 4 dos 10 distritos com maior taxa de homicídio de jovens do município⁵.

Relatos de homicídios são comuns nas narrativas de moradoras e moradores do Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luis. Pessoas com mais de 30 anos lembram dos corpos estirados ao chão cotidianamente ou de familiares e amigos que morreram assassinados. Principalmente durante a década de 1990 em que os bairros da zona sul de São Paulo possuíam índices de assassinato equiparáveis às regiões ou países em guerra civil. O Jardim Ângela chegou a ser considerado o mais violento do mundo pela ONU e, em conjunto com os bairros do Jardim São Luís e do Capão Redondo, conformou-se o que foi denominado de “triângulo da morte”, onde qualquer desavença corriqueira resultava em morte, para além dos conflitos entre traficantes e a polícia. Essas mortes eram atribuídas à brigas entre grupos criminosos ou à atuação dos pés de pato (matadores de aluguel) ou à justiceiros (Miraglia, 2007).

Miraglia, ao analisar os homicídios ocorridos no ano de 2003, constatou que 85,5% das vítimas conhecia seus executores e em quase todos os casos moravam ou frequentavam os mesmos lugares, chegando à conclusão de que os crimes faziam parte de histórias do cotidiano de seus autores e vítimas:

Cometer um homicídio, além de evidente privatização dos meios de resolução de conflitos, pode ser lido também como parte de um processo

⁵ Fonte: www.nossasaopaulo.org.br

de interação entre pessoas. Nesse caso, porém, como se trata de um crime cujo resultado é a morte, há um processo dramático de interação entre um autor de um lado e uma vítima de outro. Matar ou praticar a violência parece então se converter numa forma de sociabilidade. (Miraglia, 2007, p. 96)

No entanto, os relatos de hoje em dia, assim como os dados oficiais, parecem indicar que os homicídios mais do que uma forma de resolução de conflitos ou de sociabilidade local, são atribuídos à polícia e a grupos de extermínio a ela relacionados. Várias são as denúncias e indicadores que confirmam um significativo aumento de assassinatos cometidos pela polícia, principalmente a militar, cujas as vítimas são sobretudo jovens negros e moradores das periferias da cidade. Os dados exatos das mortes e dos responsáveis são ainda muito controversos. Mas, periodicamente, surgem levantamentos que demonstram essa tendência.

O telejornal *SPTV* da TV Globo, considerado “aliado” ao governo do estado, produziu uma matéria que foi ao ar em março de 2016 demonstrando que uma em cada quatro pessoas assassinadas no município de São Paulo foi morta pela polícia. Os dados foram coletados a partir do acesso que o programa teve a mais de quatro mil boletins de ocorrência via Lei de Acesso à Informação⁶. O levantamento demonstrou que 26% dos 1.591 assassinatos ocorridos na cidade foi cometido pela polícia.

Esses dados tomam concretude a partir de depoimentos de familiares dessas vítimas, como o relato de Neide que inicia este texto. Ainda tais mortes não são os únicos episódios de violência que as mulheres com quem converso enfrentam. Tratam-se de trajetórias marcadas por diversas situações de violências e opressões, além de reiteradas tentativas de libertação e resistência que a partir das quais estas mulheres vão não apenas se constituindo, como também produzindo o próprio território em que vivem. É este processo que venho observando em minha pesquisa.

⁶ A lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

Mundo do crime e violência do Estado

Dona Joana teve dois filhos assassinados. O primeiro, Gerson, foi pego pela polícia em um assalto a um mercado no bairro. Os policiais o renderam ainda vivo, conforme relataram a ela outros jovens que com ele estavam no ocorrido. Contudo, Gerson foi executado com cinco tiros dentro do camburão. Dona Joana disse que não seguiu em frente com a denúncia aos policiais que o mataram, pois começou a receber diversas ameaças por parte da polícia que, inclusive, fazia rondas frequentes em frente à sua casa. O segundo filho, Beto, foi assassinado há três anos por um “nóia” do bairro. Beto era usuário de drogas e em uma briga com um vizinho, que era dependente químico, foi morto. A morte de Beto ainda está presente no cotidiano da família de Dona Joana, seja nas roupas ainda guardadas no armário, seja nas fotografias espalhadas pela casa e nas lembranças frequentes de suas histórias. Mas é na condição que Victor, filho de Beto, se encontra que sua morte se faz mais presente, pois Dona Joana atribui ao assassinato do pai, o motivo pelo qual o jovem se envolveu com drogas e com o mundo do crime. Victor hoje está preso.

Conforme prossigo meu trabalho de campo, vou me deparando cada vez mais com tais narrativas, isto é, com histórias de mulheres sobre as “escolhas erradas” de seus filhos, irmãos, maridos e os efeitos dessas escolhas em suas vidas. O livro *Fronteiras de tensão*, de Gabriel Feltran, oferece uma excelente reflexão para nos ajudar a pensar sobre este contexto. Neste trabalho o sociólogo, a partir de um exercício etnográfico muito próximo à famílias moradoras do distrito de Sapopemba, periferia da zona leste de São Paulo, demonstra os desdobramentos da expansão e capilarização do mundo do crime, bem como a intensificação da repressão por parte do Estado, na vida de famílias moradoras dessas regiões. Argumenta que este mundo do crime hipertrofiado exerce uma força gravitacional nos adolescentes, sobretudo naqueles moradores de favelas que possuem restritas possibilidades de entrada no mundo formal. Argumenta o autor que uma vez inseridos neste mundo, estes jovens são tragados por uma espiral envolvendo relações pessoais, reconhecimento, poder de consumo e práticas institucionais que só reforçam a identidade do criminoso e os laços com o mundo do crime, o que ele chama de circuito monotemático:

“ A perda de laços com pessoas, instituições e valores considerados legítimos socialmente traduz-se, a partir dessa etapa, na convivência cotidiana com a possibilidade real da morte. A fragilidade dos laços de pertencimento a esferas sociais consideradas legítimas, pelo ocultamento que a intensidade da vida criminal – ou vida loka – lança sobre eles, cria uma espécie de inexistência do indivíduo no mundo percebido como legítimo”. (Feltran, 2011; p. 78)

Diversos autores tem demonstrado como nas últimas décadas vem se consolidando um padrão de gestão da pobreza em territórios periféricos, a partir de políticas sociais normatizadoras e uma atuação da polícia cada vez mais repressora e violenta (Feltran, 2011; Telles, 2013; Misse, 2015). Assim os jovens, sobretudo negros, moradores de territórios periféricos são considerados bandidos propriamente ditos ou em potencial, e suas famílias consideradas desestruturadas, sem condições de promover a inclusão social de seus filhos (Sarti, 2008). “Vulneráveis”, “perigosos”, “incapazes” seriam estigmas que se articulariam justificando a intervenção normativa e violenta do Estado.

Em minha pesquisa de mestrado, investiguei a prática dos profissionais das políticas sociais, principalmente de assistência social, a partir da rede composta por alguns serviços de assistência social nos distritos do Campo Limpo, Capão Redondo e Jardim Ângela. Tais políticas, tentei argumentar, estavam estruturadas a partir do pressuposto de que a inclusão social é responsabilidade da família, sendo assim, o Estado teria como função ajudar a família que não foi capaz de dar sustentação ao processo de inclusão social (sobretudo na trajetória escolar e no mundo do trabalho) de seus membros. Isto é, o problema da inclusão estaria na família e não no próprio contexto excludente.

Contudo, a execução dessas políticas é realizada a partir de convênios com instituições sociais as quais, muitas delas, são oriundas de movimentos sociais forjados na década de 1980 cujo objetivo era o de reivindicar a consolidação e expansão de direitos nas periferias. Assim, embora tenha ocorrido uma institucionalização destas instituições e burocratização de suas práticas restringindo a capacidade reivindicatória frente ao Estado, tais entidades empregavam em seus quadros jovens que estavam ligados a coletivos engajados com questões de raça e gênero no contexto periférico, problematizando os pressupostos de tais políticas e inserindo no debate a desigualdade social, a violência do Estado e o racismo como eixos que produziriam a exclusão social. Neste sentido, este campo das políticas sociais, apesar de se constituir como dispositivo estatal normativo, abriria maiores possibilidades de negociação na esfera pública e política, inclusive de

engajamento, onde as mulheres assumiam o protagonismo principal (Carmo, 2016). Possibilidade de negociação essa inexistente quando se trata da polícia.

Assim, o que observei em minha pesquisa de mestrado, era um contexto em que as mulheres assumiam, por um lado, essa “ponta” do Estado a partir dos trabalhos como assistentes sociais, professoras, psicólogas, educadoras sociais e ativistas; e por outro, a responsabilidade por jovens de suas famílias que foram institucionalizados: internação na Fundação Casa; cumprimento de liberdade assistida; ou prisão.

Em minha atual pesquisa de doutorado, vendo mergulhando cada da vez mais no cotidiano dessas mulheres cujos filhos foram mortos, presos ou estão de alguma maneira envolvidos com o mundo do crime. Hoje então, acompanho um cotidiano onde elas não apenas assumem a responsabilidade de assumir as negociações com Estado, como também são responsáveis pelo provimento financeiro da casa, pela amparo emocional das pessoas que nela vivem, pela negociação com o traficantes em caso de dívidas, etc. E, para isso, mobilizam as redes que dispõem: vizinhança, parentesco, ativismo, tráfico, políticas sociais, igreja, etc.

Neste sentido, o conceito de margem proposto por Veena Das é valioso nesta pesquisa. Ela entende margem não como uma fronteira externa ao Estado onde as forças deste seriam enfraquecidas e débeis. Pelo contrário, é nestas margens onde o Estado se reproduz. Reprodução essa que não significa uma força que submete os sujeitos que se encontram passivos a seus poder, a autora argumenta que as margens seriam espaços repletos de criatividade, embora não menos violento, em que o Estado é reconfigurado pelos sujeitos envolvidos em práticas cotidianas. (Das; Poole, 2008).

Neste sentido, as questões que levanto neste texto estão relacionadas ao modo como as mulheres são afetadas por esta atuação violenta do Estado e com a expansão do mundo do crime: sofrimento com a morte, prisão ou envolvimento com drogas por parte dos filhos; julgamentos de vizinhos e de profissionais das políticas sociais sobre sua capacidade de cuidar; ameaças da polícia e do tráfico; sobrecarga de responsabilidades financeiras não só geradas pela ausência dos homens da família, mas também pelos custos com a prisão; etc. Assim, pretendo entender como essa violência se desdobra no cotidiano. Como as mulheres refazem seus mundos marcados por perdas e como produzem-se a si mesmas como sujeitos na relação que estabelecem principalmente com outras mulheres nessa tarefa do cuidado.

Periferia, família e gênero

Tradicionalmente as pesquisas sobre família da classe trabalhadora, sobretudo aquelas produzidas a partir da década de 1980, argumentavam sobre a presença de um universo simbólico nessas famílias que definia de forma bem marcada os papéis de gênero, onde a dicotomia público-privado associada às distinções entre homens e mulheres organizava o cotidiano. Segundo Cyntia Sarti, tratava-se de uma moralidade onde as mulheres seriam vistas como responsáveis pela casa, por seu funcionamento doméstico e pela coesão interna, enquanto os homens seriam os chefes da família, voltado para o mundo público. Segundo ela

“O homem corporifica a ideia de autoridade, como uma mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. À mulher cabe outra importante dimensão da autoridade: manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar”. (Sarti, 2011; p.43)

Segundo a autora, a autoridade do homem não se fundamentaria necessariamente no controle dos recursos internos, mas sim no seu papel intermediário entre família e mundo externo como guardião da respeitabilidade, lugar masculino que corresponde à representação social de gênero e que identifica o homem como a autoridade moral da família. Às mulheres caberia, portanto, a esfera da domesticidade a partir da tarefa do cuidado.

Como tal moralidade se manteria em um contexto marcado pela expansão do mundo do crime e pela intensificação da violência por parte do Estado que atingem principalmente homens, como mencionado anteriormente?

Ainda não tenho respostas a essa questão, tendo em vista o percurso ainda inacabado pesquisa, mas gostaria de fazer algumas considerações sobre a ideia de cuidado e domesticidade a partir das quais já tenho algumas hipóteses. Voltemos ao campo.

Tati é a terceira filha, a caçula, de Dona Joana. Elas moram juntas e se organizam para cuidar de Jaqueline, 13 anos, Marcela, 11 anos e Fernanda, 6 anos, filhas de Tati. Dona Joana é a responsável em levar as crianças para a escola, fazer comida e acompanhá-las durante as atividades do contra turno escolar. Enquanto Tati trabalha em “casa de família” como empregada domésticas e é responsável financeira pelo lar. As duas afirmam que esta organização funciona bem e dizem ter uma boa convivência. Tati até se emociona

ao falar da mãe, “não sabe o que seria sem ela”. Contudo, com a prisão de Victor as coisas ficaram mais difíceis não apenas pelo sofrimento de ver o jovem naquela condição, como também pelo aumento dos gastos mensais com jumbo⁷ e com as visitas ao presídio. Dona Joana tem seu ex-marido que é avó do Victor, mas que ela pouco menciona em nossas conversas. Quando pergunto se ele ajuda em alguma coisa, ela me responde que sempre foi um pouco distante, mesmo com seus filhos. “Com o Victor é ainda pior!”, diz. Tati também tem um namorado que passa alguns dias da semana com ela, mas que também tem uma atuação muito periférica no cotidiano, apesar de ser pai de duas de suas filhas.

Esse papel periférico dos homens no cotidiano, sobretudo nas tarefas que envolvem o cuidado de jovens presos, é repetido nas narrativas dessas mulheres, mesmo daquelas que são casadas, como Dona Maria, vizinha e amiga de Dona Joana. Dona Maria sempre ficou responsável em fazer as visitas, obter informações sobre prisões, ir a órgãos de assistência social, enviar o jumbo, etc. Quando perguntei porque o marido nunca foi à nenhuma visita, ela me disse que ele trabalha muito. Nas reuniões das quais participei junto às famílias de jovens que foram presos ou mortos pela polícia, isso também se repetia. A presença era maciça de mulheres. Muitas vezes quando se faz menções ao marido, este aparece como figura distante ou mesmo violenta, de quem se quer até distância.

Neste sentido, o que observo repetidamente neste campo são as mulheres assumindo esta circulação no espaço público: acompanhamento nas atividades dos MSEs⁸; reuniões de ativismo contra a genocídio da população negra; negociação com o tráfico, até mesmo com a polícia; visitas nos presídios; idas ao fórum criminal para obter informação de processos; etc.

Dessa forma, seria possível manter a afirmação de que as mulheres estariam restritas ao mundo privado?

Em seu livro *Life in Debt*, a antropóloga Clara Han oferece uma valiosa chave de interpretação para se pensar as mulheres em regiões periféricas de grandes centros urbanos da América Latina. Segundo a autora, nestes contextos marcados por arranjos institucionais e de mercado que reforçam as desigualdades sociais, são as mulheres que dão sustentações às relações cotidianas que mitigariam os efeitos destas opressões.

Analisando o contexto chileno, ela demonstra como a abertura democrática, após o regime ditatorial (1973-1990), não representou uma reconciliação com o passado, ao

⁷ Compras que devem ser feitas periodicamente e enviadas ao presídio.

⁸ Serviços de medida socio educativa onde os jovens cumprem suas atividades de liberdade assistida.

contrário, significou uma quebra performativa com a ditadura. Isto é, embora o discurso político tenha buscado se distanciar da violência do passado, mantiveram-se os arranjos institucionais de Estado e mercado, permanecendo intactas as políticas neoliberais que sustentam os altos índices de desigualdade no país.

A autora destaca como parentesco, amizade e vizinhança se articulam para enfrentar um cotidiano marcado pelo endividamento e pelo adoecimento (Han, 2012). Argumenta que tais formas de interconexão de relações domésticas, mitigam a precariedade econômica. E é nesta dimensão, do cotidiano e das relações domésticas – onde o público é vivido e suportado – que ela destaca o papel das mulheres.

Inspirando-me em Han, mas ainda de uma forma muito preliminar, pretendo argumentar que no cotidiano a dicotomia público e privado é dissolvida. Neste cotidiano as mulheres tecem relações buscando apoio na tarefa do cuidado, ampliando assim essa noção e os limites de sua operacionalidade para além do âmbito doméstico. Indo além, acredito que a partir do cuidado as mulheres produzem um novo vocabulário em espaços tradicionalmente públicos, como os de ativismo. Diversas foram as atividades que tinham por objetivo o “cuidado” de mulheres: círculo de mulheres para auto-cuidado; rodas de cura; encontros sobre luto; etc.

Entretanto não pretendo argumentar que tais articulações entre mulheres sejam fortalecidas o suficiente para dar sustentação aos efeitos dessas violências. Pelo contrário, acredito que essa “perda” dos homens da família ou essa presença masculina enfraquecida nas responsabilidades no cotidiano acarretam uma sobrecarga sobre as mulheres que pode ser entendida também como um desdobramento da violência do Estado no cotidiano. Sobrecarga essa que se manifesta através do cansaço e de doenças. A tarefa do cuidado aqui então aparece como o que faz adoecer, mas também o caminho pelo qual as mulheres refazem seus mundos depois de perdas e sofrimentos.

Cuidado e subjetividade

“...eu já tinha perdido dois, pra que viver mais? Tanto sangue! Tanto... O que é que eu fiz? Me culpava assim... Só que no mesmo tempo eu pensava: "Eu não dei uma arma na mão dele! Eu não dei um pó! Eu dei um leite materno!". Eu nunca usei, é claro, eu fumo um cigarro, é droga também. Mas assim, maconha, outra droga, nem sei... conheci assim porque eles traziam e eu jogava fora, entendeu? (...) E a sensação do suicídio foi...sei lá, se eu suicidei de nunca mais querer filho... Mas eu nunca podia mesmo, que eu já tinha operado da minha filha. Mas saiu

daqui de dentro da minha barriga, minha filha! Até hoje eu queria entender porquê saiu da barriga, eu não sei se é...nós perdemos um filho, tudo cai da gente! É a mesma coisa da gente fazendo transplante de todos os órgãos da gente. Então nessa hora cê sente que a barriga tá na...a cabeça tá na barriga, é horrível! Se a gente cai, cai o caquinho, só Deus mesmo, é Deus e muitos amigos... Olha, é Deus e os amigos que restam, os amigos, vai te fortalecendo pra você se reerguer. E a família, porque se não fosse essas meninas...se não fosse o Vitor... O pai dele confiou em mim! Eu vou ter que sair dessa cama... e nem tomar mais calmante, que eu tava me entupindo de calmante, coisa que eu nunca precisava de tomar, calmante! Levantei, ergui, minha filha. Que é que eu fiz? Com vinte, vinte cinco dias, eu sentada aqui, eu falei: "vai lá, filha, pega uma cerveja vamo tomar...vamo tomar!". Peguei uma cerveja e sentei aí. Aí uma vizinha logo comentou: "nossa, a senhora tá comemorando a morte do teu filho?". Aí eu fiz igual a você, só olhei nos olhos dela, entendeu? E aí comecei a seguir a vida por causa do Vitor, por causa da Jaqueline, por causa da Marcela. Aí a minha filha com um mês ela descobre (...) que ela tava grávida da Fernanda”.

Veena Das em seu trabalho com as mulheres que viveram a violência da partição da Índia na década de 1940 pergunta como é possível voltar a habitar um mundo que foi devastado pela violência. Argumenta que essa transformação do espaço que foi destruído em novamente o seu espaço se dá no cotidiano, na produção de si “moldada através de transações complexas entre a violência que se infiltra nas relações correntes e se torna uma espécie de atmosfera que não pode ser expelida para ‘fora’” (Das, 2011; p.15). Neste sentido, quando Dona Joana faz o movimento de levantar da cama, de reagir ao sofrimento a partir das relações com as pessoas que estão vivas e que dela dependem, ela está buscando reabitar um mundo devastado a partir de um processo em que ela reconstrói a si mesma. Neste processo, defendo que o cuidado assume um papel central.

Em seu texto *O cuidado e a imbricação das relações sociais*, Danièle Kergoat apresenta uma definição da categoria cuidado relacionada a um tipo de trabalho que envolve uma complexidade de atividades e relações que se caracterizam pela consubstancialidade. Isto é, pelas relações sociais a partir das quais o cuidado é produzido e por aquelas que ele mesmo produz. Embora tradicionalmente ligado à ideia de reprodução da condição subalterna atribuída às mulheres no espaço privado, a autora argumenta que o cuidado é ao mesmo tempo um fator de alienação e de liberação que percorre constantemente o espaço entre subjetividade e materialidade. Enfim, “é um trabalho que permite organizar tanto novas formas de relacionamento consigo mesmo como novas formas de relações com os outros” (Kergoat, 2016; p.25).

A moralidade anteriormente mencionada que restringe as mulheres ao âmbito doméstico na tarefa do cuidado com a casa e com a coesão familiar, talvez possa ser identificada tanto na culpa que Dona Joana expressa, como na desaprovação da vizinha ao vê-la tomando cerveja dias depois da morte do filho. Assim, talvez seja possível argumentar que a violência do Estado tem como um dos desdobramentos no cotidiano acentuar tensões morais, sobretudo aquelas que recaem sobre as mulheres. A ausência/perdas dos homens, lançariam as mulheres para fora dos limites que tal moralidade permitiria. Dona Joana e Tati constantemente comentam sobre os rumores dos vizinhos a respeito de viverem “sem um homem em casa”.

Ainda, culpa e vergonha são alguns dos sentimentos mais expressados pelas mulheres nestas condições que venho conhecendo. Em alguns encontros de mulheres cujos filhos foram presos os mortos, várias delas falaram sobre o alívio em estar naquele lugar e poder narrar os acontecimentos envolvendo seus filhos sem serem julgadas. Inclusive, em uma de nossas conversas, Dona Joana chegou a me perguntar se eu conhecia alguma psicóloga porque ela precisa muito ficar se “xingando durante horas”.

Segundo Veena Das e Judith Butler (Butler, 2017) a experiência de tornar-se sujeito está ligada à experiência do sujeição através de um processo que não ocorre a partir da dicotomia opressão/resistência, mas que se constitui através de um complexo e “delicado trabalho de auto-criação” (Das, 2011). Assim, argumento que a violência do Estado que produz os territórios periféricos se desdobra no cotidiano das mulheres a partir da dor da perda, da impotência, da sobrecarga das responsabilidades familiares, da culpa, da estigmatização, contudo, também é a partir dele que as mulheres reconstróem suas subjetividades, seus mundos, suas relações.

Referências bibliográficas

BAENINGER, Rosana. Crescimento da População na Região Metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX. In São Paulo: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política)/ org. Lúcio Kowarick e Eduardo Marques. São Paulo: Ed. 34, 2011.

BUTLER, Judith A vida psíquica do poder: teorias da sujeição. Autêntica, 2017

DAS, Veena O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. Cadernos Pagu, vol 37, jul-dez, 2011

DAS, Veena & POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. In: Cuadernos de Antropología Social. n.27, 2008

FELTRAN, Gabriel de S. “Jovens em conflito com a lei” in Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.3, n.1, jan.-jun., p.259-267, 2011.

_____. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Editora Unesp, 2011.

FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida in A História da Sexualidade. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Aula de 17 de março de 1976.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais in Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. Org. Abreu, A.R; Hirata, H.; Lombardi, M.R. Boitempo, 2016

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconomica e civil. São Paulo: E. 34, 2009

KLEINMAN, Arthur. The Violences of everyday life: the multiple forms and dynamics of social violence in DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur; RAMPHELE, Mamphele; REYNOLDS, Pamela. Violence and Subjectivity. University of California Press, 2000

LIMA, Antonio C. de Souza. Sobre Gestar e Gerir a Desigualdade: pontos de investigação e diálogo in Gestar e Gerir: Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Antonio Carlos de Souza Lima (org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia Política, UFRJ. 2002

MAGNANI, José G. C. Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2012

MAGNANI, José G. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. 2. ed., São Paulo, Hucitec, 1998.

MARQUES, Eduardo. Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo. São Paulo – Editora Unesp; Centro de Estudos da Metrópole – 2010

MISSE, Michel. Sujeição Criminal: quando o crime constitui o ser do sujeito. In Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências. Organizadoras: Patrícia Birman...[et al.]. Editora FGV, 2015

MIRÁGLIA, Paula. Cosmologia da Violência: entre a regra e a excessão – uma etnografia da cidade de São Paulo. Série Produção Acadêmica Premiada. São Paulo, 2010.

MOUTINHO, Laura . Sobre danos, dores e reparações: The Moral Regeneration Movement controvérsias morais e tensões religiosas na ordem democrática sul-africana. In: Wilson Trajano Filho. (Org.). Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos. Brasília: ABA, 2012, pp, 275\296.

MOUTINHO, Laura. Razão, “cor”e desejo: uma análise comparative sobre relacionamentos afetivos-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Unesp, 2004

NASCIMENTO, Érica P. É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

SALES, Mione Apolinário. (In) Visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006

SARTI, Cyntia. A família como espelho. Cortez, 2017

SARTI, Cynthia A. A vítima como figura contemporânea. Caderno CRH. Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, 2011.

SARTI, Cyntia A. Famílias enredadas in Famílias: redes, laços e políticas públicas. ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008

TELLES, Vera da S. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica in Contemporânea, v. 3, n. 2, Dez. 2013

TELLES, Vera da S.; CABANES, Robert (org). Nas tramas da cidade : trajetórias urbanas e seus territórios / São Paulo : Associação Editorial Humanitas, 2006.

WOORTMANN, K & WOORTMANN, E. **Monoparentalidade e chefia feminina. Conceitos, contextos e circunstâncias.** Apresentado no pré-evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas. Ouro Preto, MG, 2002

ZALUAR, A. (1999) **Violência e Crime.** IN: MICELI, S. (org.) O que ler na Ciência Social brasileira. Antropologia (1970-1995) . São Paulo, Brasília: Editora Sumaré, CAPES.